

PODER / Congressistas fazem coro às declarações do ministro Edson Fachin ao **Correio** de que o Brasil vive “populismo totalitário”. Deputados defendem uma reação do Parlamento ao mandatário por ataques à democracia e por insuflar apoiadores contra as instituições

Bolsonaro eleva tensão política

» AUGUSTO FERNANDES

Desde a instalação da CPI da Covid, o presidente Jair Bolsonaro intensificou a escalada de ataques a medidas de restrição tomadas por governadores para combater o coronavírus. O movimento chegou ao auge na quarta-feira passada, com a ameaça de editar decreto para garantir o “direito de ir e vir” que, disse ele, em recado ao Supremo Tribunal Federal, “não será contestado por nenhum tribunal”. Em entrevista ao **Correio**, publicada ontem, o ministro Edson Fachin, do STF, chamou a atenção para “o populismo totalitário” que ronda a democracia brasileira. Alertou que as instituições no país estão sob ameaça e defendeu a união em torno de um projeto suprapartidário. “Precisamos sair da crise sem sair da democracia”, propôs.

No Congresso, parlamentares veem a retomada de manifestações contra o Legislativo e o Judiciário, como a de produtores rurais, marcada para sábado, como uma confirmação do alerta feito por Fachin. “O que presenciamos, hoje, demonstra que o governo tem o objetivo de tensionar a relação entre os Poderes, desestabilizar as instituições e buscar apoio entre a sociedade para conseguir um fechamento autoritário do Congresso e do Supremo”, frisou o deputado Rogério Correia (PT-MG). “Além disso, ele desvia o foco da CPI com argumentos absolutistas e autocráticos e joga a culpa para outras autoridades.”

Segundo o deputado, se não houver um freio nessa atitude do presidente, o país pode chegar às eleições do ano que vem com uma sociedade ainda mais polarizada, o que vai refletir em protestos contra os resultados do pleito presidencial. “O Congresso tem remédios, e um deles é o impeachment. Quem não fizer nada para barrar o que está acontecendo será cúmplice dessa tentativa de golpe”, enfatizou.

Deputados frisam que, desde a instalação da CPI, Bolsonaro não só tem disparado críticas ao colegiado como tem inflado os apoiadores, sobretudo nas redes sociais, a questionar o processo con-

Evaristo Sá/AFP



Bolsonaro, no domingo, causando aglomeração: parlamentares veem tentativa do presidente de desestabilizar as instituições

duzido por senadores. A atitude dele contribui para que voltem a ocorrer mobilizações em frente ao Congresso e ao STF pedindo o fechamento das duas instituições.

Parlamentares também criticam o fato de Bolsonaro ter retomado a ofensiva contra as políticas de isolamento social e fechamento do comércio definidas por estados e municípios e, sobretudo, as declarações do presidente de que publicará um decreto impedindo a adoção das medidas. “Esse decreto, o Supremo não pode contestar. O Supremo é defensor da Constituição. Se eu baixar o decreto, será cumprido. Todos os ministros vão cumprir”, afirmou o presidente, na semana passada. Esse posicionamento do chefe do Planalto, inclusive, tem sido o combustível das mais recentes manifestações

feitas por apoiadores do governo.

O protesto de sábado, por exemplo, cujos temas principais são o fechamento do STF e o fim das medidas restritivas, ganhou apoio de Bolsonaro. “No dia 15, pessoal, está todo mundo convocado. Eu vou lá para o meio da rua com o pessoal do campo. O pessoal do agronegócio está tomando Brasília, e vou estar lá no meio deles”, avisou, após um passeio de moto pela cidade, no domingo, com grupos de motociclistas. No evento, ele deu apertos de mão e abraços e tirou selfies. Na imagem postada pelo mandatário nas redes sociais, é possível ver aglomeração e várias pessoas sem máscara ou fazendo uso inadequado do item de segurança. O chefe do Planalto ainda disse que fará atos semelhantes em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Hori-

Negativa

Organizam o ato a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuáristas e Produtores da Terra (Andaterra) e a Associação dos Cafeicultores do Brasil (Sincal). As entidades pediram ao governador Ibaneis Rocha (MDB) autorização para se alojarem na Granja do Torto, mas a solicitação foi negada. Ibaneis disse que só atenderia a um pedido oficial do governo federal, que, por sua vez, evitou colocar no papel o apoio a um protesto contra o Judiciário. A reportagem tentou contato com os organizadores do evento, mas não foi atendida.

zonte, se for convidado.

O deputado Alex Manente (Cidadania-SP) defendeu o direito de manifestação dos produtores rurais, mas repudiou que o ato tenha uma pauta antidemocrática como base. “Eu respeito as instituições e a democracia. Acredito que todos têm direito de manifestar aquilo que acham ser o melhor, mas, quando isso ultrapassa o limite da verdade, do pensamento e da opinião, tem de ser punido. Sou contrário a qualquer atitude que possa diminuir as instituições brasileiras ou fechar qualquer papel representativo na democracia”, ressaltou.

Voto

Outro indicativo de ameaça à democracia seria a insistência de

Bolsonaro em desacreditar as eleições, colocando o processo eletrônico sob suspeição. Na semana passada, por exemplo, ele enfatizou que se o Congresso aprovar voto impresso, será a maneira de realização do pleito de 2022, ou “não terá eleição”. “Ninguém mais aceita esse voto que tá aí. A única republicueta do mundo que aceita isso daí é a nossa. Se o Parlamento brasileiro aprovar e promulgar, vai ter voto impresso em 2022 e ponto final. Se não tiver voto impresso, não vai ter eleição”, ressaltou.

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, reagiu a essa declaração do chefe do Planalto. “O presidente deixou patente seu desejo de que não tenhamos eleição em 2022. Como Bolsonaro nunca foi um admirador da democracia, muito pelo contrário, é bom que fique claro para ele que as instituições vão garantir o processo eleitoral e sua lisura. Quer ele queira, ou não”, postou nas redes sociais.

Reação institucional

A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC) também é a favor de uma reação das demais instituições. Ela lembrou que, diariamente, Bolsonaro desrespeita as recomendações da ciência contra a covid-19 e incentiva atitudes que favorecem a proliferação do vírus.

“Todo dia ele descumpra a Constituição e outras leis, em uma clara afronta ao Legislativo e ao Judiciário. Quando esse tipo de atitude acontece e nenhuma providência é tomada, um pedaço da democracia vai para o ralo. O Parlamento, portanto, tem de acordar para isso e tomar alguma atitude”, destacou.

Já o deputado governista Ottoni de Paula (PSC-RJ) criticou declaração do magistrado do STF. “Fachin acha grave a ‘visão personificada do povo em contraste com as instituições’. Ele acha que o povo deveria admirar mais o STF que o presidente Bolsonaro?”, escreveu nas redes sociais. “Como, se vocês estão desonrando a instituição, transformando-a, segundo Ives Gandra, no maior partido de oposição ao PR/Brasil?”, questionou.

» entrevista UBIRATAN CAZETTA

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

Parecer de reforma do CPP é muito ruim

» PEDRO ÍCARO*

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Ubiratan Cazetta, criticou a proposta de reforma do Código de Processo Penal (CPP), em tramitação na Câmara. “Esse projeto não moderniza, não traz resposta, não melhora a investigação nem a posição do Estado, não garante os direitos da vítima. E, ao não fazer nada disso, qual é a vantagem da reforma? Essa é a principal pergunta que o Ministério Público tem em relação a ele”, afirmou, em entrevista a Denise Rothenburg no programa CB.Poder, parceria entre o **Correio** e a TV Brasília.

O projeto, relatado pelo deputado João Campos (Republicanos-GO), é alvo de instituições porque, além de retirar a autonomia do Ministério Público para realizar investigações, prevê a criação de medidas que tornariam menos eficientes as apurações. Além disso, conforme Cazetta, o momento não é oportuno para retomar o projeto, porque, em plena crise sanitária, não permite uma ampla discussão sobre a proposta. “No meio de uma pandemia, no meio de tantas discussões, você tentar ressuscitar um projeto que estava parado é muito perigoso, porque o espaço de debate diminui”, frisou. Veja os principais trechos da entrevista de Cazetta, que assumiu o cargo na quinta-feira da semana passada.

Como a ANPR acompanha o projeto de reforma do Código de Processo Penal, que mexe, também, com o Ministério Público?

Todas as associações ligadas ao Ministério Público estão preocupadas. Há uma discussão sobre conveniência e oportunidade. No meio de uma pandemia, no meio de tantas discussões, você tentar ressuscitar um projeto que estava parado é muito perigoso, porque o espaço de debate diminui. Esse projeto não moderniza, não traz resposta, não melhora a investigação nem a

posição do Estado, não garante os direitos da vítima. E, ao não fazer nada disso, qual é a vantagem da reforma? Essa é a principal pergunta que o MP tem em relação a ele.”

O relator João Campos tinha apresentado um parecer em 2018, agora veio com um outro relatório. Quais são os principais pontos nevrálgicos desse projeto que precisam ser reformulados ou que vão atrapalhar as apurações?

O parecer apresentado em 2018 tinha melhorado um pou-

Ed Alves/CB/D.A Press



Você tem de garantir que o julgamento seja justo, que o processo penal seja um resultado real sobre um fato. O novo Código de Processo Penal não traz nada disso”

quinho em relação a isso, mas, o de agora, é muito ruim. Ele ressuscita uma discussão que nós tivemos em 2013, que era se o Ministério Público pode ou não investigar. Em 2013, houve uma PEC (proposta de emenda à Constituição) e ela foi derrotada. O Supremo (Supremo Tribunal Federal), em 2015, deixou claro que o MP pode, sim, investigar. Agora, o que se tenta estabelecer é que ele só vai investigar quando houver prova da ineficiência da polícia. Nós citamos vários exemplos recentes: o caso do Jacarezi-

nho, o Ministério Público do Rio de Janeiro já está acompanhando; o do garoto Henry Borel, no Rio de Janeiro, a atuação do MP imediata foi essencial para identificar os dados. No Tribunal do Júri, por exemplo, você agiliza, em tese, a primeira fase — as pessoas podem ser levadas ao júri sem uma investigação mais profunda, mas, ao mesmo tempo, no julgamento em si, você coloca o jurado em uma situação muito frágil, porque, se a decisão tem que ser unânime, eu não tenho mais sigilo dos votos.

Vai ficar todo mundo exposto?

Você tem de garantir que o julgamento seja justo, que o processo penal seja um resultado real sobre um fato. O novo Código de Processo Penal não traz nada disso. Nós continuamos com os mesmos defeitos, pioramos algumas coisas.

Quais são os principais defeitos?

Um dos principais defeitos é que nós não temos uma investigação eficaz. Dos homicídios cometidos no Brasil, apenas 8% chegam a um resultado. De cada 100 mortes, só oito eu sei quem matou, porque matou, e leva ao processo.

De 100, somente oito?

O problema está na investigação. O novo Código de Processo Penal não traz nada de novo em relação a isso, aliás, traz coisas piores. Estabelece um prazo, por exemplo, de dois anos, ou seja, no final de dois anos, se não tiver uma conclusão, tem de acabar a investigação, independentemente do tipo de crime, da complexidade do crime. O Brasil já foi condenado nove vezes na Corte Interamericana de Direitos Humanos porque não respeita a vítima, não dá para a vítima um espaço no processo penal de acompanhar, de fazer com que o processo ande.

O senhor acha que esse novo projeto vem sob encomenda da turma que o Ministério Público conseguiu enquadrar na época da Lava-Jato?

Este momento é muito ruim para o Ministério Público, por-

que estamos pagando pelos nossos acertos e erros também, mas há um conjunto de mudanças legislativas que realmente traduzem uma vontade de aproveitar este momento. Estamos falando de mudanças na lei de improbidade administrativa, não para favorecer a punição e, sim, para tornar mais fácil fugir da condenação. Estamos falando numa alteração no Conselho Nacional do Ministério Público, deixando mais fragilizada, também, a atuação dos membros do Ministério Público pela mudança em sua composição.

É um pacote de maldades? Está aproveitando a pandemia, a CPI, para passar de “baciada”, como diria o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, uma frase que ficou famosa em uma reunião em que ele disse: “Vamos aproveitar este período de pandemia para passar de baciada alguns projetos.” É isso que está acontecendo?

Também, não posso dizer ‘ah, só isso’, porque o projeto de Código de Processo Penal morreu em 2018, ficou parado ali. Renasce em um momento muito ruim. Como é que a gente consegue fazer ouvir a população brasileira nesse processo, na época da pandemia? Como é que os parlamentares conversam entre si no momento em que você não pode nem sequer entrar na Câmara dos Deputados?

*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa